

Dércio Munhoz denuncia "ameaça constante de derrama fiscal"

A "ameaça constante de aumento dos impostos" foi denunciada ontem em Brasília pelo professor Dércio Garcia Munhoz. Ele disse que todos os segmentos da sociedade precisam mobilizar-se para exigir que o governo cumpra as promessas feitas nas ruas durante a campanha pelas eleições diretas e que culminaram com a escolha de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral.

Munhoz, que foi o primeiro coordenador econômico de Tancredo e é decano da Universidade de Brasília, falou no VI Congresso Brasileiro de Economia, que termina amanhã. O único representante do primeiro escalão a comparecer foi o ministro da Cultura, Aluizio Pimenta. Segundo Dércio Munhoz, "ainda que os formuladores da política econômica tenham sensibilidade, nada mudará se a sociedade não se mobilizar para exercer pressões".

Chamou a atenção para "a ameaça constante de derrama fiscal" e criticou o fato de o orçamento do governo de 1986 embutir, como déficit, os custos financeiros das dívidas externa e interna, a serem financiados pelo contribuinte através de aumentos na arrecadação e de novos cortes nos investimentos estatais.

O professor Munhoz conclamou os congressistas a meditar sobre o momento em que se encontra a opinião pública brasileira diante do processo de normalização democrática. Segundo ele, o primeiro momento vivido com a mobilização pelas diretas está sendo substituído pelo desencanto com as propostas e atitudes que vêm sendo tomadas pelo governo. Ele se mostrou preocupado com o que classificou de terceiro momento, o da repulsa, que pode ser manifestado positivamente, mas que pode ser negativo, "pelo voto contra aqueles que não realizam o que prometeram nas ruas".

Dércio Munhoz pediu a todos um crédito de confiança ao governo, mas condicionado a uma intensa participação como forma de influenciar as suas decisões.

Moratória

O professor de Direito da Universidade de São Paulo, Dalmo Dallari, propôs a suspensão do pagamento da dívida externa pelo Poder Executivo, "até que o Poder Judiciário decida sobre a sua legalidade, no todo ou em parte".

De acordo com ele, as dívidas contraídas pelo Executivo sem a aprovação do Congresso Nacional são inconstitucionais e ilegais, tanto na forma quanto ao conteúdo, e citou o artigo 44, inciso primeiro, da Constituição, que fala da competência do Congresso Nacional. Para o jurista, a saída legal seria a suspensão unilateral dos pagamentos mediante notificação aos credores e que se fizesse uma provocação ao Supremo Tribunal Federal com um pedido de declaração formal de sua inconstitucionalidade. "Um país é como uma família. Ninguém pode chegar na sua casa e obrigá-lo a pagar uma conta pela qual você não se responsabilizou", disse Dallari.

Para o jurista, a maior parte, senão a totalidade da dívida, é de responsabilidade exclusiva dos governantes atuais, seja através dos ministros que assinaram papéis seja dos presidentes que permitiram que eles assinassem em seu nome. "Nós, como nação, não somos devedores de nada pelo simples fato de os credores declararem que o somos, porque a sociedade não permitiu que esta dívida fosse contraída, através do pronunciamento dos seus legítimos representantes no Congresso Nacional."

Por fim, o jurista alertou a classe dos economistas de que a sua função, como a de todos os segmentos da sociedade, no momento, é engajar-se numa mobilização nacional para que a nova Carta constitucional que se discute para o País manifeste realmente a aspiração de todos: "Depois da campanha pelas diretas, o que se deseja com a mobilização pela Constituinte é que o País saia desta nova tarefa sabendo realmente o que quer para si".

Durante a tarde de ontem os congressistas participaram de vários painéis com enfoques nos temas "Reforma Tributária", "Política Industrial e Tecnologia" e "Estado e Sociedade no Processo de Planejamento".

O apresentador do primeiro foi o professor da UnB, Mário Tinoco, secretário-adjunto de Controle Interno do Ministério da Fazenda. Para ele, a política fiscal do País precisa estar voltada para o crescimento econômico, a geração de empregos e o atendimento das necessidades sociais básicas da população.

A elevação da carga tributária, de acordo com o professor Tinoco, deve ser feita dentro dos princípios da justiça fiscal e da descentralização administrativa em favor dos Estados e municípios. "A atual estrutura tributária, além de injusta e centralizadora, entrava o processo de desenvolvimento econômico."

As negociações do governo com a Frente Municipalista em torno de uma reforma tributária de emergência foram criticadas pelo professor Mário Tinoco, que afirmou que seu ônus poderá recair sobre os setores com menor capacidade de resistir ao aumento da tributação. "Reformas desse tipo acabariam apenas por agravar os problemas que se propõem a resolver."

Tinoco defendeu a descentralização dos recursos fiscais em favor dos Estados e municípios, observando que esta proporcionaria uma melhor fiscalização da aplicação dos recursos por parte da comunidade diretamente interessada, evitando o desperdício. Segundo ele, tributos como a Taxa Rodoviária Única (TRU), o Imposto sobre Serviços de Telecomunicações e o Imposto Territorial Rural, hoje controlados pela União, deveriam ser repassados aos municípios e Estados, de maneira a fortalecer sua situação financeira "que hoje é de penúria".

Críticas ao MIC

No painel sobre "Política Industrial e Tecnológica", coordenado pelo senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, o professor e físico paulista Rogério Cerqueira Leite previu a extinção do Ministério da Indústria e do Comércio, dentro de um ano, "por que este se encontra numa confusão esquizofrênica quanto ao seu papel social".

Para Rogério Cerqueira Leite, o MIC deveria estar preocupado com uma política industrial para o Brasil, ao invés de estar defendendo a iniciativa privada que se situa no lado oposto dessa função.

Albano Franco, em seu discurso, afirmou que o Brasil tem sofrido secularmente de retardamento tecnológico combinado com a baixa qualificação da força de trabalho e que este problema estrutural se agravou com a crise econômica dos últimos três anos.